

CADERNO TÉCNICO & CIENTÍFICO

**Nº 131
Novembro/Dezembro
2019**

**VOLUME
121**

A HISTÓRIA DOS CÃES DE ASSISTÊNCIA E SUAS FUNÇÕES - PARTE 2

Página 2

CUIDADO PARA NÃO PERDER AS MELHORES PESSOAS DE SUA EMPRESA

Página 4

TESTE DO PEZINHO AMPLIADO - PELA INCORPORAÇÃO NA REDE PÚBLICA

Página 5

ALZHEIMER AFETA 11,5% DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Página 6

CONCEITO DE VIRAGEM PARA A INCLUSÃO ESCOLAR

Página 7

A HISTÓRIA DOS CÃES DE ASSISTÊNCIA E SUAS FUNÇÕES

PARTE 2

POR OLIVEIROS BARONE CASTRO

Conforme prometido na publicação anterior sobre cães de assistência, falarei um pouco sobre o processo de seleção e escolha desses cães; tudo que envolve esse processo, bem como a importância da socialização e as fases de treinamento.

No processo de seleção de um cão de assistência, existem vários detalhes técnicos que precisam ser minuciosamente observados e aplicados, mas inicialmente precisamos pensar e analisar para qual função esse cão está sendo selecionado, para quem esse cão será treinado e quais são as necessidades específicas dessa pessoa. Partindo desse princípio fundamental, selecionamos, socializamos e treinamos cães para cada pessoa e para cada função individualmente, levando em consideração sua idade, seu contexto e histórico pessoal, psicossocial, familiar e de saúde.

SELEÇÃO E AVALIAÇÃO DA PESSOA (estudo do caso)

Para isso, fazemos um estudo inicial de cada caso e o trabalho transdisciplinar é fundamental. Entramos em contato com todos os profissionais envolvidos no tratamento e acompanhamento dessa pessoa, para que tenhamos um quadro abrangente, não só de seu diagnóstico, mas também de todo o contexto que envolve esse quadro. Percebam que diante desses critérios iniciais, precisamos ter um histórico inicial abrangente da pessoa que será beneficiada com a entrega desse cão de assistência, lembrando que ao finalizar uma avaliação um cão de assistência pode ser indicado para esse caso (pessoa) ou não.

Relembrando as funções dos cães de assistência: 1. Cães de apoio emocional; 2. Cães para PcDs (pessoas com alguma deficiência de mobilidade); 3. Cães de alerta médico; 4. Cães ouvintes; 5. Cães guia.

Como a demanda e solicitações de cães de assistência em todo o Brasil é grande, nos

deparamos com situações onde precisamos selecionar e colocar em socialização ao mesmo tempo, vários cães para funções diferentes.

O processo de seleção, socialização e treinamento de um cão de assistência é longo e específico e todas as suas etapas são importantes. Dando o exemplo de um cão guia; todo o processo de seleção, socialização, treinamento e formação de dupla leva em média, mais de dois anos!

PROCESSO DE SELEÇÃO E ESCOLHA DO CÃO

Existem duas possibilidades de selecionar um cão que será direcionado para exercer uma função de assistência: o primeiro é iniciar o processo de seleção do cão na ninhada (fazendo o devido acompanhamento); o segundo é selecionar um cão jovem (de seis a oito meses). As duas possibilidades tem suas vantagens e desvantagens (que abordarei em outro artigo).

Quando precisamos selecionar vários cães para funções diferentes devido à alta demanda, aplicamos testes específicos de comportamento e fazemos acompanhamento técnico continuado e reaplicamos esses testes de comportamento no processo de seleção, mas ainda não podemos afirmar ou determinar individualmente para qual função iremos direcioná-los. Tais testes foram elaborados pela Cães de

Assistência – Núcleo Brasileiro de Formação e Treinamento, através de estudos e pesquisas e alguns testes estrangeiros adaptados para a realidade brasileira.

Por mais que saibamos a linhagem genética de um cão e o histórico de seus pais e avós, cada indivíduo é único. Precisamos aguardar seu contato com o mundo, seu crescimento e desenvolvimento cognitivo e acompanhar a manifestação de seu comportamento no processo de seleção em diversas situações, aguardando a estruturação de seu temperamento (sua personalidade).

Um cão inicia sua aprendizagem e aprende a se comportar em seu próprio grupo social de espécie específica, tendo com referência sua mãe e seus irmãos de ninhada; fase muito importante que denominamos de aprendizagem natural de relação direta, porém só o acompanhamento continuado e o amadurecimento do cão nos dará a possibilidade de fazer uma leitura técnica mais precisa de seu temperamento.

Costumo dizer que é o cão que vai demonstrar (no processo) o que ele será capaz de executar com a maior naturalidade possível, levando em consideração alguns fatores iniciais:

Por esse motivo afirmo que, além de uma criteriosa seleção, a socialização é uma das fases mais importantes desse processo para o sucesso do treinamento, pois vamos expor o

Histórico genético (pais, avós...)
Manejo adequado no canil
Saúde
Características de comportamento
Porte

- Temperamento
- Nível de sociabilidade
- Potencialidades
- Habilidades
- Baixa dispersão
- Foco
- Equilíbrio/reequilíbrio (controle emocional)
- Nível de aprendizagem
- Facilidade na execução de tarefas
- Nível de estresse (baixo/controlado)
- Resistência

ACESSE NOSSO SITE:
www.revistareacao.com



cão, gradativamente a inúmeros ambientes e às mais variadas circunstâncias que acontecerão em situações reais, quando ele for um cão de assistência no futuro.

Claro que durante todo esse processo, nossa equipe técnica acompanha todas as fases de desenvolvimento de cada cão, registrando seu comportamento diante de inúmeras situações planejadas. Quando o cão já apresentar certa maturidade, segurança e equilíbrio comportamental, passamos a apresentar ambientes internos e controlados com vários objetos para que ele conheça e se familiarize, sendo que esse processo recebe o nome de habituação.

SOCIALIZAÇÃO - EM FAMÍLIA SOCIALIZADORA OU COM O TREINADOR

Na sequência, o cão irá conhecer ambientes sociais externos com gradações de níveis de dispersão variados, com barulhos diversos, odores, grupos de pessoas e cães desconhecidos; irá frequentar praças, padaria, shopping, teatro, cinema, frequentará, farmácia, padaria, lanchonete, supermercado, shopping, açougue, teatro, cinema, médico, dentista; irá se habituar a andar de carro, ônibus, metrô, trem, avião, ou seja, frequentará todos os lugares possíveis nessa fase de socialização, os quais ele irá frequentar quando for um cão de assistência formado e certificado.

Esse processo de socialização que dura de oito meses a um ano, pode ser feito inserindo o cão em uma família socializadora previamente selecionada. As famílias interessadas em ser uma família socializadora se inscrevem voluntariamente no processo de seleção; respondem a um questionário específico; passam por entrevista pessoal e as pré-selecionadas recebem a visita de dois técnicos para a avaliação final.

Passando no processo, essas famílias recebem palestras de explicação e capacitação técnica do que é socializar um cão de assistência, assinam alguns documentos de responsabilidade e compromisso de devolução do cão ao final da socialização e só então recebem o cão para ser socializado, juntamente com uma carteirinha para a família e outra para o cão, além de todos os documentos de saúde. Durante todo o processo de socialização, as famílias receberão visitas técnicas e de acompanhamento, para atestar a saúde do cão e para ser verificado se tudo está correndo bem e se precisam de alguma orientação específica.

Ao final do processo, se não houver nenhuma intercorrência em relação ao comportamento do cão ou alguma questão de saúde, a família devolve o cão para o centro de treinamento, juntamente com todas as documentações e, a partir de então o cão entrará no processo de treinamento específico para a função que irá exercer.

O processo de socialização pode ocorrer também com um dos treinadores da equipe que, necessariamente pode não ser o mesmo que o treinará posteriormente..

FASES DO TREINAMENTO (fundamentos)

Praticamente o treinamento para todas as funções se divide em três partes: Fase I, onde são ensinados os comportamentos e comandos verbais mais simples; Fase II, onde são ensinados comandos verbais, gestuais e comportamentos de média complexidade e Fase III, onde são ensinados comandos verbais, gestuais, posicionamentos e procedimentos específicos para as mais diversas situações reais para cada função.

Em nosso processo de treinamento de cães de assistência o bem estar animal (BEA) está à frente de todo o trabalho e a base fundamental é reforçar positivamente todos os acertos que o cão conquistar, por menores que sejam, para que ele se sinta seguro e estimulado a buscar

o próximo desafio.

Mas para que isso tudo aconteça nos baseamos em alguns fundamentos: assim como nós humanos, os cães primeiro sentem e só depois aprendem. Partindo desse princípio, buscamos os nove fundamentos que são: técnica, coerência, consistência, persistência, paciência, confiança, vínculo, parceria e afeto.

Entendemos que através da nossa metodologia, desenvolvida com base em estudos abrangentes da cinotecnia, etologia, estudo da espécie-específica na interação com o homem e o treinamento de cães de assistência, também na observação da funcionalidade aplicada na prática, à técnica de treinamento precisa manter uma coerência junto com uma consistência no treinamento; para que o cão entenda com clareza o que está sendo solicitado dele. Tais fundamentos só são alcançados através da persistência e da paciência ao se treinar um cão, buscando a qualidade técnica final; porém tudo será em vão se não conseguirmos estabelecer uma relação de confiança com ele através do vínculo, para chegarmos a uma parceria por meio do afeto.

Seguindo essa sequência, a possibilidade de sucesso no treinamento de cães de assistência aumenta muito.

TREINAMENTO DIRECIONADO PARA CADA FUNÇÃO

Para cada função existe um planejamento específico de treinamento, já que cada função exige que o cão aprenda um repertório diferente de comportamentos e procedimentos. Por exemplo, ao se treinar um cão para uma criança diagnosticada dentro do espectro do autismo (TEA), prioriza-se o treinamento que traga a possibilidade de contato afetivo, a interrupção de fuga, a aproximação quando se manifestam as estereotípias, o contato físico ao dormir diminuindo os pesadelos, etc.

Um cão de apoio emocional para alguém que apresente o transtorno do pânico, por exemplo, precisa estar atento aos sinais sutis que a pessoa manifesta no início do episódio de pânico, para que possa agir adequadamente, encostando-se à pessoa, ou mesmo subindo com as duas patas em seu colo, proporcionando assim uma sensação de segurança e de acolhimento, amenizando os sintomas do pânico.

Para uma pessoa cadeirante, o cão precisa saber caminhar ao lado da cadeira de rodas sem ser atropelado por ela; abrir e segurar por-

tas para o cadeirante passar, abrir gavetas, pegar objetos e fechá-las, pegar objetos que caem no chão, acender e apagar as luzes...

Um cão de alarme (ou de alerta médico) precisa de um treinamento muito específico de faro (através de odor específico), para que possa antecipar um episódio de picos de glicemia (hipo ou hiperglicemia) ou um episódio de ataque epilético, para avisar a pessoa ou a família para tomar o seu medicamento, ou mesmo em caso de desmaio, chamar alguém para ajudar.

Da mesma forma, um cão ouvinte precisa aprender a chamar a pessoa surda quando toca a campainha, um alarme de incêndio, quando a chaleira apita ou qualquer sinal sonoro de aviso.

Já um cão guia recebe um dos treinamentos mais específicos que existe, com vários procedimentos pré-determinados para diversas situações, além de treinamentos de comandos gestuais, verbais, posturais e de posicionamento. Precisa aprender a andar adequadamente com o arreio (peitoral com alça, onde a pessoa segura), que além de funcionar como anteparo de direcionamento, funciona também como elemento de passagem de informações sutis do cão para o deficiente visual.

Muitas pessoas não sabem, mas é a dupla (pessoa/cão) que executam o ato de guiar e não só o cão, já que o cão não toma nenhuma atitude sem antes receber o comando da pessoa, com exceção de uma situação específica. O cão guia aprende o que chamamos de “desobediência inteligente” que é quando ele “desobedece” a um comando, por entender que, se seguiu-o diante de uma situação específica, irá colocar a dupla em risco.

Por exemplo, quando o cão recebe um comando para atravessar a rua e surge um carro de forma abrupta e inesperada; percebendo o perigo ele não obedece ao comando e permanece parado na calçada até o carro passar. Costumo dizer que alguns cães têm um comportamento inerente e uma facilidade de contextualização muito mais aguçada do que outros e, nesses momentos salvam a vida da pessoa.

O que nos direciona para que possamos atingir nossos objetivos de treinamento de cães de assistência é proporcionar e manter o bem estar, respeitar às necessidades fundamentais dos cães que treinamos como espécie específica, bem como respeitar cada indivíduo humano e não humano; sua capacidade, e seus limites, potencializando suas habilidades naturais para que possam modificar suas vidas para melhor.

Por esse motivo a frase norteadora do trabalho da Cães de Assistência – Núcleo Brasileiro de Formação e Treinamento é: “Parceria entre homem e cão transformando vidas”.



Oliveiros Barone Castro (Lelo) é psicólogo clínico, mestre pela PUC-SP, tem especializações em: psicologia do esporte, violência doméstica, comportamento humano e animal e intervenção assistida por animais. É responsável pela Cães de Assistência – Núcleo Brasileiro de Formação e Treinamento e responsável técnico no Instituto Meus Olhos tem 4 Patas (MO4P).
e-mail: baronelelo@gmail.com
www.caesdeassistencia.com.br

CUIDADO PARA NÃO PERDER AS MELHORES PESSOAS DE SUA EMPRESA

LUIZ MARINS

Muitos líderes cometem um grande erro. Eles sobrecarregam as pessoas boas, competentes e comprometidas da empresa com muitas tarefas e atividades.

Todos nós temos liderados comprometidos e competentes e outros nem sempre competentes e comprometidos.

Sabemos que as pessoas boas e comprometidas farão, com qualidade as tarefas atribuídas a elas com esmero e atenção aos detalhes.

Sabemos também que há pessoas com as quais não podemos contar totalmente. Elas não são comprometidas, são desengajadas e as tarefas dadas a elas são sempre feitas com descaso e muitos erros.

O erro que cometemos é entulhar, sobrecarregar, encher as pessoas boas de muitas tarefas e atividades o que as fará entrarem em um processo de desmotivação e, muitas vezes, estafa e depressão.

Pessoas comprometidas e competentes geralmente são perfeccionistas no bom sentido, isto é, gostam de fazer as coisas com perfeição e atenção aos detalhes. Essas pessoas não gostam de dizer “não” a seus líderes e aceitam cada vez mais tarefas, até porque sentem orgulho da confiança demonstrada por seus líderes. Elas são muito exigentes com elas próprias e se sentem mal quando cometem algum erro.

Quando sobrecarregamos as pessoas boas com excesso de tarefas e atividades, elas, entulhadas de coisas para fazer, não conseguem a qualidade que estão acostumadas a entregar. Elas começam a cometer erros. Seus chefes começam a estranhar que aquela pessoa que sempre fez tudo com extrema perfeição está perdendo qualidade. A própria pessoa percebe sua incapacidade de cumprir com tantas tarefas e começa a ter um sentimento de baixa autoestima.

Esse sentimento de baixa autoestima faz com que ela possa entrar em um processo de extrema desmotivação e até depressivo e de um possível burnout.

Muito líderes me dizem que essas pessoas excelentes não só aceitam todas as tarefas dadas a elas como também solicitam fazer mais.

Isso é verdade, mas cabe ao líder saber dosar e entender que há um enorme perigo no entulhamento e na sobrecarga de tarefas a uma pessoa excelente. Como essas pessoas são muito exigentes consigo mesmas, conheço muitos casos em que elas acabaram pedindo demissão da empresa alegando motivos pessoais. Assim, a empresa acaba perdendo seus melhores talentos.

Veja se as melhores pessoas de sua empresa não estão com excesso de carga, de tarefas, de atividades. Analise se, além da injustiça de exigir demais de uns e pouco de outros, você não está correndo o risco de perder os bons e ficar com os ruins.

Pense nisso. Sucesso!



Luiz Marins
é antropólogo e escritor.
Site: www.marins.com.br

ACESSE NOSSO SITE:
www.revistareacao.com

TESTE DO PEZINHO AMPLIADO - PELA INCORPORAÇÃO NA REDE PÚBLICA

ALESSANDRA CORRALES



Você certamente já ouviu falar sobre o Teste do pezinho! Mas você sabe a real importância desse teste?

O Teste do Pezinho é um exame que possibilita o diagnóstico de seis tipos de doenças no recém-nascido: fenilcetonúria, hipotireoidismo congênito, doença falciforme, fibrose cística, hiperplasia adrenal congênita e deficiência de biotinidase.

Pra isso, deve ser realizado entre o 2° e 5° dia de vida do bebê através da coleta de sangue do calcanhar da criança, região com grande irrigação sanguínea. O exame é obrigatório e realizado de forma gratuita na rede pública!

O que nem todos sabem é que existe um exame mais completo capaz de detectar mais de 50 tipos de Doenças Raras no recém-nascido, o Teste do Pezinho Ampliado. Porém, além de pouco conhecido e difundido, não é oferecido pela rede pública, chegando a valores que vão de 400,00 a 1.000,00 reais, tornando o exame inacessível

a uma grande parcela da população.

Diante da vital importância de um exame capaz de ampliar a identificação de mais de 50 tipos de doenças raras precocemente, há um movimento, uma Campanha de Conscientização iniciada e coordenada pelo Instituto Vidas Raras, em busca de incorporar o Teste do Pezinho Ampliado no SUS, para que todos tenham acesso ao exame de forma gratuita, proporcionando um diagnóstico precoce mais completo à todas as crianças do Brasil.

O Instituto prevê reunir 1 milhão de assinaturas para propor Projeto de Lei no Congresso Nacional. A petição em prol do teste do pezinho ampliado está disponível no site www.pezinhofuturo.com.br e você pode participar efetivamente dessa campanha e salvar vidas assinando e compartilhando a petição.

A primeira fase da ação, cujo foco principal foi sensibilizar para a importância da discussão do tema na sociedade, conseguiu

mais de 40 milhões de impactos com as interações em mídias sociais. Deram apoio à iniciativa grandes influenciadores digitais e celebridades: Bella Falconi, Sabrina Sato, Luiza Possi, Sabrina Petraglia, entre outros. Ter esse apoio foi fundamental para dar visibilidade a campanha!

Algumas patologias são tempo dependente e podem causar sequelas irreversíveis caso não sejam tratadas com urgência. Outras surgem com o tempo, ou na idade adulta. Mas quanto mais precoce o diagnóstico, mais rápida a intervenção ou planejamento e manejo da situação, retardando e até prevenindo, quando possível, a instalação de complicações, quadros clínicos graves e até a morte.

Precisamos agir! Há casos por exemplo em que podemos evitar que uma criança fique cega ou evolua para um retardo mental se ela for diagnosticada precocemente. Mas esse deve ser um direito de todos e não restrito apenas àqueles que tem condições de pagar pelo exame. Por isso precisamos de você! Assine a petição e ajude o Instituto Vidas Raras a incluir o Teste do Pezinho Ampliado no SUS.

Que o direito a VIDA seja direito de todos!



Dra. Alessandra Corrales

é fisioterapeuta especializada em Neurologia – UNICAMP, especializada em Doenças Neuromusculares – UNIFESP, Fisioterapeuta e Pesquisadora do Ambulatório de ELA do Setor de Investigação em Doenças Neuromusculares da UNIFESP, Diretora Científica do Instituto Hemerson Casado, Diretora Secretária da ABRÉLA, Fisioterapeuta Representante do Instituto Vidas Raras, Fisioterapeuta Representante do Instituto Um Minuto pela Vida e Colaboradora da Biomob

Contato: Instagram @draalessandracorrales
dra.alessandra-corrales@hotmail.com.br

ACESSE NOSSO SITE:
www.revistareacao.com

ALZHEIMER AFETA 11,5% DA POPULAÇÃO BRASILEIRA



Segundo dados da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, 55 mil novos casos de demência são registrados anualmente, a maioria decorrentes do mal de Alzheimer

O Alzheimer é uma doença neurodegenerativa que afeta milhões de pessoas no mundo, ela ainda não possui uma cura, mas diversas pesquisas apontam que se a doença for diagnosticada cedo, é possível diminuir os impactos de seus sintomas. Isso quer dizer que, se detectado precocemente, os sinais da doenças podem ser tratados com intervenções terapêuticas, proporcionando melhor qualidade de vida ao paciente. Segundo dados do Governo do Brasil, a doença afeta 11,5% da população idosa do país.

Atualmente, 1,4 milhões de brasileiros vivem com demência, com o envelhecimento acelerado da população mundial, estima-se que até 2050 esse número aumente para mais de seis milhões, diz a Organização Mundial da Saúde (OMS). “Com o envelhecimento acelerado, o crescimento de casos de demência tem se tornado um dos principais desafios de saúde na atualidade”, comenta xxx, médico da Docway.

O Alzheimer provoca a degeneração das células no cérebro, causando demência e provocando diversos sintomas, como perda de memória, dificuldade de raciocínio e fala, dificuldade de reconhecer objetos e suas

funções, dificuldade de reconhecer familiares, além de interferir no comportamento e na personalidade da pessoa.

Sintomas e estágios da doença

A doença é complicada de ser diagnosticada, pois seus sintomas são muito parecidos com o processo natural de envelhecimento. Além disso, ele também podem ser confundidos com sintomas de outras enfermidades menos graves. Atentar-se para os primeiros sinais com atenção é muito importante:

- Perda de memória recente. É muito comum que as pessoas que estejam no processo inicial do desenvolvimento do Alzheimer se lembrem de fatos antigos mas percam a memória sobre fatos recentes;

- Perda de capacidade de concentração nas atividades cotidianas, que antes eram executadas com facilidade e sem problemas;

- Repetição de afirmações e perguntas. A pessoa acaba por não perceber que já fez a mesma pergunta anteriormente;

- Dificuldades de expressar e de compreender linguagens;

- Sentir uma desorientação espacial, se perder em locais já conhecidos;

- Enfrentar uma certa dificuldade em encontrar as palavras certas para identificar objetos, expressar pensamentos ou participar de conversas;

- Esquecimento dos nomes dos membros da família, amigos e objetivos do cotidiano.

O médico, xxx, da Docway alerta que além dos sintomas iniciais, existem também uma mudança aparente na personalidade e comportamento da pessoas. “As alterações cerebrais que ocorrem durante a doença de Alzheimer podem afetar a maneira como a pessoa age e sente. Nesse caso, é preciso ficar de olho se houve outras mudanças como depressão; apatia; retraimento social; mudanças repentinas e seguidas de humor; mudanças nos hábitos de sono; aumento na desconfiança de humor; aumento na irritabilidade e na agressividade, além de delírios”.

O Alzheimer costuma evoluir para vários estágios de forma lenta e grave, não há nada que possa ser feito para retardar ou barrar o avanço da doença. Após o diagnóstico, os portadores da doença têm uma sobrevida média que oscila entre 8 e 10 anos. O quadro clínico é dividido em quatro estágios:

- Estágio 1 (forma inicial): alterações na memória, na personalidade e nas habilidades visuais e espaciais.

- Estágio 2 (forma moderada): dificuldade para falar, realizar tarefas simples e coordenar movimentos. Agitação e insônia.

- Estágio 3 (forma grave): resistência à execução de tarefas diárias. Incontinência urinária e fecal. Dificuldade para comer. Deficiência motora progressiva.

- Estágio 4 (terminal): restrição ao leito. Mutismo. Dor à deglutição. Infecções intercorrentes.

Hábitos Saudáveis

A OMS destaca que a atividade física também está associada à saúde cerebral. Estudos apontam que pessoas com vida mais ativa tem menor risco de desenvolver demências. A recomendação é que adultos de 65 anos pratiquem no mínimo 150 minutos de atividades aeróbicas de intensidade moderada por semana. “Os idosos não devem deixar de ser estimulados. Estudar, ler e pensar são formas de manter a mente ativa, além uma alimentação saudável e regrada”, finaliza.

CONCEITO DE VIRAGEM PARA A INCLUSÃO ESCOLAR

MÉRCIA CABRAL DE OLIVEIRA

Para iniciar o artigo penso ser importante afirmar o título, a colaboração é um conceito de viragem para a inclusão escolar, e vamos a algumas ideias que sustentam a tese que apresento. Delimitando o tema de pesquisa em meus estudos de doutorado circunscrevi a ideia de colaboração. Esse conceito é recorrente em minhas investigações desde o mestrado, período em que desenvolvi uma pesquisa-ação crítica e colaborativa (OLIVEIRA, 2008) com professoras de turmas comuns sobre as práticas avaliativas das NEE de alunos com deficiências. Ao considerar a experiência acadêmica e a profissional de trinta anos de magistério no município do Rio de Janeiro, encontrei elementos fortes para unir as duas ideias - colaboração e escola como temática na minha investigação de doutoramento e continua me acompanhando.

A colaboração é inerente às convivências sociais. As pessoas colaboram entre si em várias situações e com os mais diferentes objetivos. Grandes realizações da humanidade foram possíveis quando da mobilização coletiva ou de redes de colaboração.

A ideia de coletividade ou coletiva ancora a necessidade da colaboração no âmbito educacional e se apresenta no trabalho cotidiano docente. Para Boy e Duarte (2014, p.85) o trabalho colaborativo é dimensão do trabalho coletivo docente; estas autoras sublinham que:

Os estudos acerca do trabalho docente coletivo apresentam diferentes possibilidades de organização da ação conjunta como probabilidade de trabalho, manifestadas pelas noções de colaboração, cooperação, colegialidade, parceria, trabalho em equipe, troca, trabalho em comum, indicando a existência de uma pluralidade conceitual ou nocional do termo "trabalho coletivo".

A colaboração tem se apresentado como ideia recorrente em propostas de reformas curriculares de diferentes governos, que numa perspectiva de coletivização e responsabilização, buscam o enfrentamento de situações desafiadoras para a gestão da educação. Nessa direção, Borges (2006, 2010), Abelha (2011) e

Boy (2011) consideram o tema emergente e analisam reformas curriculares canadense, australiana, britânica e portuguesa, realizadas nas décadas de 1990 e 2000. No Brasil, os estudos de Varani (2005) Boy (2011), Capellini (2004) e Zanata (2004) apontam que reflexões sobre os aspectos da colaboração são necessárias ao desenvolvimento de um projeto coletivo e inclusivo de escola, que precisa se organizar para responder aos impasses cotidianos que se apresentam aos gestores, equipes pedagógicas e professores.

Considerando situações que convocam a gestão da educação, como citado acima, aparece em destaque a Escola para Todos, uma exigência acordada internacionalmente para as três primeiras décadas do terceiro milênio (UNESCO, 2002; UNESCO, 2016). Este parece ser o desafio para a educação no século XXI e alia a garantia de entrada para todos na escola à manutenção desses estudantes com um ensino de qualidade até a conclusão da escolarização básica (BORGES, 2010).

Entretanto, a diversidade dos alunos que acedem às escolas se apresenta como uma demanda a ser contemplada na produção dos currículos. Nessa direção, Borges (2006) aponta que se desdobram experiências organizadas com o fulcro de produzir no currículo melhorias capazes de aumentar os índices educacionais. A autora acrescenta que as equipes escolares vêm sendo convocadas a responder pela alteração positiva do desempenho de alunos que apresentam uma diversidade de situações de aprendizagem com o aperfeiçoamento das práticas de ensino e afirma que são "[...] grupos de alunos cada vez mais heterogêneos (crianças e jovens portadoras de necessidades especiais, com dificuldade de adaptação e de aprendizagem, provenientes de diferentes culturas e etnias, oriundas de classes desfavorecidas etc)". (BORGES, 2006, p. 232). Responder ao desafio de favorecer a inclusão de alunos com deficiência de modo a que esses sejam integrantes e atuantes no contexto escolar, não apenas matriculados nas turmas, tem sido pauta recorrente para os sistemas de ensino e governantes.

Historicamente a educação de crianças e adolescentes com deficiências, transtornos do espectro autista e outras alterações que comprometessem a aprendizagem escolar foi remetida a espaços escolares exclusivos, esses lugares se constituíram para muitos estudantes como a única opção de escolarização. Assim, foi possível a estruturação do campo de conhecimento específico e reconhecido da Educação Especial. Constituiu-se uma separação de modalidades educacionais, em que uma delas estava restrita a determinados estudantes e foi estruturada como um sistema paralelo e segregado de ensino, com escolas, classes e salas de recursos especiais (GLAT; BLANCO, 2007).

A escolarização em separado, durante muito tempo foi entendida de modo natural como única alternativa e realizada com a finalidade de concentrar esforços diferenciados numa mesma proposta. Atualmente, essa atuação tem sido contestada em diversas esferas da sociedade, sendo a promoção de políticas educacionais inclusivas um grande contributo para a desnaturalização dessa prática escolar. Entretanto, é a presença desses alunos nas salas de aulas que convocam as equipes escolares para as modificações necessárias com vistas ao estabelecimento de fato de uma escola inclusiva. No cotidiano das escolas são muitas as variações de projetos educativos que envolvem recursos materiais e humanos distintos. Algumas propostas contam com um aparato tecnológico avançado, em que salas especiais são equipadas e disponibilizadas para estudantes e professores. Outras experiências concentram em um profissional as atividades de apoio, suplemento ou complemento curricular destinadas aos alunos com deficiências.

Nesse contexto, os docentes são chamados a trabalhar de forma colaborativa no seio da equipe-ciclo e da equipe-escola; a estabelecer vínculos estreitos com a comunidade, dentre outras ações (BORGES, 2006). O discurso da colaboração é fortalecido a partir desses argumentos e, mediante aos desafios contemporâneos da escola no século XXI, parece ser inquestionável.

ACESSE NOSSO SITE:

www.revistareacao.com

Paradoxalmente, do discurso a ação, o que pode mobilizar soluções é, em muitas circunstâncias, um entrave. A dificuldade de desenvolvimento de projetos colaborativos nas escolas é uma realidade. Assim, não se passa do discurso a ação. Sem negar iniciativas bem-sucedidas, a maioria das equipes escolares enfrentam difíceis debates e não chegam a consensos em relação a projetos coparticipativos, integrados, interdisciplinares ou conjuntos. Essa tônica fragiliza os processos de ajustes e adequações necessários ao progresso escolar de alunos com deficiências.

Pesquisas e estudos sobre essa temática em escolas vêm sendo realizadas há mais ou menos duas décadas (CAPELLINI, 2004; ZANATA, 2004; FONTES, 2007; MENDES ET AL., 2011; BRAUN, 2012; ARAÚJO, 2012; VILARONGA, 2014 E VIANNA, 2015), entretanto, a maioria dos resultados apontam para um envolvimento restrito da comunidade escolar. A mudança paradigmática é a opção de envolvimento de todos, de corresponsabilização, não uma simples retórica. A escola inclusiva é aquela em que cada aluno ou aluna importa para todos os professores. Desde o momento em que se matriculam, iniciando a vida escolar, já são discentes dos professores dos últimos níveis.

O ensino colaborativo nessa perspectiva não é um mero neologismo ou uma retórica interessante, mas fortalece os movimentos de decisões, negociações, acordos, significações e ressignificações inerentes a colaboração na produção curricular.

Essa colaboração pode ser evocada como fundamento de ação entre os diferentes integrantes da comunidade escolar. Nessa direção, implica a todos num processo de coletivização, um ciclo permanente de busca por aperfeiçoamento e adequação do projeto geral da escola. Concluo reafirmando a complexidade desses processos colaborativos, que pode significar barreira ao desenvolvimento da inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais, mas por outras vias ser potência para a instituição de novas realidades que considerem e façam valer as tão almejadas, equidade e justiça social na educação.

Referências

ABELHA, M. C. L. Trabalho colaborativo docente na gestão do currículo do Ensino Básico: do discurso às práticas. 2011. 927f. Tese (Doutorado em Didática) - Departamento de Educação, Universidade de Aveiro, Portugal, 2011.

BORGES, C. Colaboração docente e reforma dos programas escolares no Quebec. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 44, p.229-255, dez. 2006.

BORGES, C. Trabalho coletivo. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. Dicionário: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. (CDROM)

BOY, L. C. G. Trabalho Coletivo entre Docentes em Escolas Da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte: concepções, permanências e rupturas. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2011.

BOY, L. C. G.; DUARTE, A. M. C. A dimensão coletiva do trabalho docente: uma experiência em duas escolas municipais de Belo Horizonte. Educação em Revista. Belo Horizonte, v.30, n.04, p. 81-104, Outubro-Dezembro 2014.

BRAUN, P. Uma intervenção colaborativa sobre os processos de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência intelectual. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2012

CAPELLINI, V.L.M.F. Avaliação das possibilidades de ensino colaborativo no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental. 2004. 300f. Tese (Doutorado em educação Especial) – Programa de Pós-Graduação em educação Especial: UFSCAR, São Carlos, 2004.

CAP-UERJ. Concursos e processos seletivos. Admissão de estudantes. Disponível em http://www.cap.uerj.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=865&Itemid=231. Acesso em 13 de setembro de 2017.

FONTES, R. S. A educação inclusiva no município de Niterói (RJ): das propostas oficiais às experiências em sala de aula – o desafio da bidocência. 2007. 209f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação - PROPED. UERJ. Rio de Janeiro, 2007.

GLAT, R. & BLANCO, L. de M. V. Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva. In: GLAT, R. (Org.). Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras. 2007.

MENDES, G. M. L.; SILVA, F. de C. T. Currículo e conhecimento escolar na contemporaneidade: desafios para a escolarização de sujeitos com deficiência. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, 22(80). Dossiê Educação Especial: diferenças, currículo e processos de ensino e aprendizagem. 2014

OLIVEIRA, M. C. Avaliação de necessidades educacionais especiais: construindo uma nova prática educacional. 2008. 157f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação (PROPED) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2008.

UNESCO. Declaração de Educação para Todos. Jomtien, Tailândia: Conferência Mundial de Educação. 1990. Disponível em: <www.unesco.org.br/publicacoes/copy_of_pdf/decjomtien>. Acesso 20 abr de 2002.

UNESCO. Educação 2030 - Declaração de Incheon: Rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos. Brasília, 2016.

VARANI, A. Da constituição do trabalho docente coletivo: re-existência docente na descontinuidade das políticas educacionais. 2005. Tese (Doutorado) - UNICAMP, Campinas, 2005.

VIANNA M. M. Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais no segundo segmento do ensino fundamental em um espaço de excelência acadêmica. 2015. 194f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

VILARONGA, C. A. R. Colaboração da Educação Especial em sala de aula: formação nas práticas pedagógicas de coensino. 2014. 216p. Tese. Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR. 2014.

ZANATA, E. M. Planejamento de práticas pedagógicas inclusivas para alunos surdos numa perspectiva colaborativa. 2004. 185f. Tese. (Doutorado em Educação Especial) – Programa de Pós-Graduação em Educação Especial: UFSCar, São Carlos, 2004.



MÉRCIA CABRAL DE OLIVEIRA Doutora pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2018). Possui graduação em Psicologia pela Universidade Gama Filho (2002) e Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2008). Atualmente, atua em colaboração na Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti (Porto, Portugal). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Inclusiva, discutindo principalmente os seguintes temas: Educação Especial, Educação Inclusiva, Currículo e Avaliação.